



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Eixo Temático: **Formação inicial, continuada e valorização dos profissionais de Educação**

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Patrícia Vasconcellos Sala¹
João Fábio Diniz²
Wilson Francisco Oliveira³

RESUMO

Este trabalho pretende discutir a importância essencial de uma formação continuada de qualidade do professor no que diz respeito à educação inclusiva, uma vez que a legislação educacional brasileira prevê a inclusão dos estudantes com quaisquer tipos de deficiência e necessidades especiais nas turmas regulares. Dessa forma, o objetivo do artigo é salientar esse aspecto específico no contexto mais amplo da reflexão em torno da formação continuada e da valorização do profissional docente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Aprimoração/Atualização Docente.

INTRODUÇÃO

A escola, nos últimos anos, vem fazendo mudanças em suas organizações curriculares, principalmente, no que diz respeito à educação inclusiva. O objetivo deste artigo é ressaltar a necessidade de que os docentes da Educação Básica passem por um processo de formação continuada no que se refere às práticas associadas a uma Educação Inclusiva. Dessa forma, ele se justifica pela necessidade da valorização de uma formação abrangente e continuada dos docentes a fim de que ocorra a necessária adequação para lidar com as dificuldades inerentes a essa adaptação curricular. Faz-se fundamental uma formação mais substantiva para que os docentes estejam preparados para atuarem de maneira efetiva com os estudantes inclusos nas salas regulares.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) destaca a importância da preparação adequada dos professores como pré-requisito para a

¹ Graduada em Pedagogia e História pela UNIFEOP, pós-graduada em Psicopedagogia, Filosofia da Educação e Metodologia do Ensino de Geografia pela Intervale, pós-graduada em Libras pela Uniminas, atualmente é professora na rede estadual de ensino de São Paulo e docente da UNIFEOP.

² Cientista Social (UNICAMP) e mestre em Energia (UFABC), atualmente é docente da UNIFEOP e coordenador da Pós-Graduação em Metodologias Ativas para a Aprendizagem na mesma instituição.

³ Graduado em Química pela UNIFEOP e Pedagogia pela UNIFAL, pós-graduado em Formação de Professores para o Ensino Superior pela UNIP e em Educação Empreendedora, Mídias na Educação e Computação Aplicada à Educação Básica pela UFSJ, atualmente é professor no Colégio Objetivo de São João da Boa Vista e na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, designado Coordenador de Organização Escolar (Vice-diretor de Escola).



inclusão, determinando que os sistemas de ensino devem garantir a integração e a adaptação dos educandos com NEE no ensino regular.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo foi elaborado segundo uma perspectiva exploratória e qualitativa a partir de uma análise bibliográfica que visou discutir, em primeiro lugar, as necessidades de organização educacional interpostas pelas novas legislações brasileiras no que se refere à educação inclusiva (BRASIL, 1996, 2008); na sequência, a argumentação buscou dialogar com as discussões sobre a capacitação do profissional docente como algo que deve se concatenar durante toda a vida atuante do mesmo, sobretudo no que tange à formação continuada dos professores para uma melhor atuação com os alunos NEE na rede regular de ensino. Nesse interim, uma referência fundamental foi o recente trabalho de Imbernón (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A legislação brasileira estabelece que a educação inclusiva é um direito de todos os estudantes, sem exceção. Isso significa que todas as escolas, públicas e privadas, devem garantir que os alunos com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) ou outras necessidades especiais recebam uma educação inclusiva e de qualidade.

O Decreto nº 7.611/11 regulamenta a educação especial, que é uma modalidade de educação inclusiva. O decreto prevê que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, e que as escolas devem contar com recursos pedagógicos e tecnológicos para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência ou outras necessidades especiais.

A educação inclusiva tem se tornado cada vez mais importante na sociedade atual, e a formação docente é fundamental para a efetivação deste processo. No entanto, muitas vezes a formação dos professores não é adequada para lidar com a diversidade dos estudantes e atender às necessidades de inclusão.

Nas escolas, muitos professores relatam que a formação inicial e continuada não contempla, adequadamente, a sua preparação para as práticas pedagógicas necessárias para lidar com a diversidade dos estudantes da educação inclusiva. Além disso, a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados também pode dificultar a inclusão de todos os estudantes nas salas regulares. É fundamental que os professores tenham acesso a materiais e recursos que possam apoiar suas práticas pedagógicas inclusivas, como jogos educativos, tecnologias assistivas, livros e outros materiais que possam ser adaptados de acordo com as necessidades dos estudantes.

O artigo 59 da LDB (BRASIL, 1996, n.p.) atesta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
[...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

É importante evidenciar que essa diretriz postula que só é exigida a formação especializada para profissionais que irão trabalhar em sala de atendimento especializado, ou seja, para professores que são contratados para trabalhar em salas de recurso



multifuncional ou em salas de atendimento educacional especializado (AEE), além das chamadas professoras de apoio.

Através da formação continuada, os professores das salas regulares de ensino têm a oportunidade de se atualizar em relação às práticas pedagógicas, às novas metodologias, às teorias educacionais de ponta e à utilização de recursos tecnológicos nos espaços de aprendizagem. Além do mais, a formação continuada possibilita a ampliação do repertório dos professores, permitindo que eles atendam às necessidades dos estudantes de maneira mais efetiva; as teorias educacionais, metodologias e tecnologias avançam rapidamente, e é importante que os professores estejam atualizados para garantir a qualidade do ensino e a efetivação da aprendizagem dos estudantes que estejam matriculados na sala de aula regular (IMBERNÓN, 2022).

Como a nova organização curricular estabelece a necessidade de que uma grande quantidade de professores sem uma formação mais especializada para atuar com os estudantes com necessidades especiais opere com esse público, constitui-se uma demanda específica: a de que haja uma formação continuada de qualidade para preparar os profissionais docentes para uma educação de fato inclusiva.

CONCLUSÕES

Portanto, podemos compreender que o processo de formação continuada dos professores dentro da perspectiva da educação inclusiva se depare com muitas lacunas. Isso tanto no que se refere à reflexão e à atuação docente nesse contexto, como no que diz respeito à uma adequação pertinente às políticas educacionais, já que a LDB prevê que a educação inclusiva deve ser oferecida em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil até a educação superior. Ou seja, a educação inclusiva deve ser um processo contínuo, que acompanhe o estudante ao longo de toda a sua trajetória escolar.

Outra norma importante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008. Ela estabelece as diretrizes para a implementação da educação inclusiva no Brasil e prevê que as escolas devem adotar práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes, respeitando suas individualidades e necessidades (BRASIL, 2008).

Um aspecto importante da formação continuada é a possibilidade de troca de experiências entre os professores durante os cursos e formações: nesses ambientes, os profissionais têm a oportunidade de compartilhar suas vivências, desafios e práticas pedagógicas, o que pode enriquecer o repertório de todos os participantes. A formação continuada também pode contribuir para a valorização e o reconhecimento dos professores. Ao investir na formação continuada docente, as instituições de ensino demonstram que valorizam o trabalho dos professores e acreditam que capacitações e recapacitações frequentes fazem parte de um processo importante para a melhoria da qualidade do ensino.

Finalmente, deve-se ressaltar que a formação continuada é importante porque a aprendizagem é um processo contínuo e não se encerra com a formação inicial. A formação continuada é uma oportunidade para os professores aprimorarem seus conhecimentos e habilidades ao longo de toda a carreira, permitindo que eles se tornem profissionais cada vez mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios da educação do século XXI.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Revista Inclusão, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez Editora, 2022.